

RECURSO ESPECIAL Nº 1.866.489 - SP (2020/0060736-7)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : RIVALDO ANSELMO DE SOUZA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ALINE TOYAMA SHIRAKI - DEFENSORA PÚBLICA -
SP330200
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o réu foi condenado como incurso nos arts. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas) e 12, *caput*, da Lei n. 10.826/2003, na forma do art. 69 do CP (porte de munição de uso permitido), às penas de 7 anos de reclusão e ao pagamento de 700 dias-multa, em regime fechado, e de 1 ano e 2 meses de detenção, em regime semiaberto, conforme a sentença de fls. 331/338.

A defesa apelou da sentença e o Tribunal de origem deu parcial provimento ao recurso para reduzir as penas do crime de tráfico para 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão, e pagamento de 680 dias-multa, mantendo o regime fechado (fls. 415/430).

No presente presente recurso especial, a defesa alega violação do art. 12 da Lei n. 10.826/2003.

Sustenta que é atípica a conduta do recorrente, pois possuía apenas 4 munições desacompanhadas de arma compatível para efetuar disparos. Busca a absolvição por atipicidade da conduta.

Contrarrazões apresentadas às fls. 445/470. Admitido o recurso, os autos vieram à esta Corte (fl. 471).

Parecer do Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso (fls. 482/488).

É o relatório. Decido.

A irresignação não merece prosperar.

No tocante ao delito do Estatuto do desarmamento, mesmo com a

manutenção do entendimento de que os delitos previstos nos arts. 12, 14 e 16 da Lei n. 10.826/2003 são crimes de perigo abstrato, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância quando a quantidade de munição for pequena e na situação fática não oferecer risco à coletividade, notadamente por estar desacompanhada de arma de fogo ou em razão da ineficácia do artefato.

Entretanto, embora na hipótese tenha sido apreendida a quantidade de apenas uma munição, o réu foi condenado pela conduta do art. 33, *caput*, da Lei Antidrogas, circunstância que inviabiliza o reconhecimento da atipicidade da conduta prevista no Estatuto do Desarmamento. A propósito, confira-se o precedente:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. POSSE ILEGAL DE MUNIÇÃO. ALEGAÇÃO DE APREENSÃO DE PEQUENA QUANTIDADE DE MUNIÇÕES. PLEITO DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. CONDENAÇÃO POR TRÁFICO DE DROGAS. MOLDURA FÁTICA A DEMONSTRAR A TIPICIDADE DA CONDUTA. PRECEDENTES. SÚMULA 568/STJ. INCIDÊNCIA MANTIDA.

I - Esta eg. Corte Superior, acompanhando posicionamento do Pretório Supremo Tribunal Federal, passou a admitir a incidência do denominado princípio da insignificância "quando se tratar de posse de pequena quantidade de munição, desacompanhada de armamento capaz de deflagrá-la, uma vez que ambas as circunstâncias conjugadas denotam a inexpressividade da lesão jurídica provocada" (HC n. 458.189/MS, Quinta Turma, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 28/9/2018, grifei).

II - Todavia, em que pese seja possível, nos termos da moderna jurisprudência deste Superior Tribunal, o reconhecimento do princípio da insignificância, em caso de apreensão de pequena quantidade de munições, desacompanhadas do artefato bélico, mostra inadequada, dadas as peculiaridades do caso concreto, tal providência. Isso porque os recorrentes também foram presos em flagrante e condenados pela prática de tráfico de drogas, sendo, portanto, descabido o reconhecimento do princípio da insignificância, pois a moldura fática demonstra a lesividade da conduta, a justificar a manutenção do acórdão recorrido, bem como a condenação pela posse das munições referidas.

Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1.796.235/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 29/04/2019).

Diante do exposto, com fundamento na Súmula n. 568/STJ, nego

Superior Tribunal de Justiça

provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator